MARIA LEONOR CARVALHÃO BUESCU *

LONGINO E CUSTÓDIO JOSÉ DE OLIVEIRA:

Um Apontamento Sobre a Retórica Setecentista

Na Europa Ocidental verificou-se, a partir da Itália, onde a tradição grega não se esvaíra completamente e fora revitalizada no séc. XIV com o êxodo bizantino, um movimento que colocava a língua grega na órbita da cultura humanística do Ocidente.

Em Portugal, porém, ainda que as elites culturais contassem com nomes famosos de helenistas, como Clenardo, João Petit, os Teives, Aires Barbosa, André de Resende, etc.; ainda que orações e discussões académicas hajam sido sustentadas em grego, no âmbito da Universidade portuguesa; ainda que, segundo o testemunho de Clenardo, em Évora, no paço episcopal, se lesse e comentasse o Velho Testamento em hebraico e o Novo em grego, o que nos parece certo é que essa tardia helenização (ou re-helenização) nunca ultrapassou em Portugal os limites da pura erudição e era sentida como uma zona de conhecimento limitada à área prestigiosa duma alta cultura e, por isso mesmo, distanciada dos homens de comum saber.

Temos, pois, de avançar no tempo até à reforma pomбалina do ensino para reconhecer um novo sopro na organização em Portugal dos estudos da língua grega. E, o que é mais notável, ao nível da instrução secundária. Pela primeira vez na história da cultura portuguesa o grego deixa os muros selectivos da Universidade e entra nos planos de estudos secundários, como factor de dignificação cultural e gozando,

(*) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

como se vê pela redacção do texto, de um regime preferencial estimulante. No alvará de 28 de Junho de 1759, com efeito, exprimem-se as seguintes disposições:

«13. Haverá também nesta Corte quatro Professores de Grego, os quaes se regularão pelo que tenho disposto a respeito dos Professores de Grammatica latina, na parte que lhes hé applicavel, e gozarão dos mesmos privilegios.

14. Similhanemente ordeno que, em cada huma das Cidades de Coimbra, Évora e Porto, haja dous Professores da referida Lingua Grega, e que, em cada huma das outras cidades e villas que forem cabeças de Comarca, haja hum Professor da referida Lingua, os quaes todos se gorvenarão pelas sobreditas direcções, e gozarão dos mesmos privilégios de que gozarem os desta Corte e Cidade de Lisboa.

15. Estabeleço que, logo que houver passado anno e meio depois que as referidas classes de Grego forem estabelecidas, os discípulos dellas que provarem pelas attestações dos seus respectivos Professores... além de se lhes levar em conta o referido anno na Universidade de Coimbra, para os estudos maiores, sejam preferidos em todos os concursos das quatro Faculdades...» (1).

Com a mesma data, são publicadas as prometidas «Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica e de Rhetorica». E, no preâmbulo relativo aos professores de Grego e de Habraico, lê-se:

«A necessidade que há nas sciencias maiores, do estudo da língua Grega, hé innegavel. O Testamento Novo e muita parte do Velho, hé quasi todo em grego. Os Santos Padres e os Concilios dos primeiros dez seculos, são em grego. Na Grécia tiverão origem as Leys Romanas e ahi se fizeram muitas Constituçoens que andão no corpo do Direito Civil. Em grego escreverão Hippocrates e Galeno. A Filosofía, a Eloquencia, a Poesia e a Historia nascerão na Grecia. E, por esta razão, os maiores homens de todas as faculdades reconhecem a necessidade indispensavel desta lingua e recomendão o seu estudo, sem lhes fazer força o termos hoje excelentes tra-

(1) António Alberto Banha de Andrade, *A Reforma Pombalina das Escolas Secundárias (1757-1711)*, 2.º vol., Coimbra, 1981, p. 82-83.

duçõens... que he o argumento de que se val a ignorancia, para persuadir a pouca utilidade da Lingua Grega...» (2).

De imediato, e dando execução ao projecto, procede-se ao recrutamento de professores, sendo a «primeira acção» a de publicar editais e proceder à averiguação necessária da competência e também «da vida e costumes de cada hum». Contudo, a escolha dos mestres de Grego revela-se mais difícil, na medida em que, em certas vilas e cidades «não há pessoa competente». Eis, como exemplo, o que responde Luiz Moraes Seabra e Sylva, futuro Comissário do Porto, propondo que «a angariação dos Mestres se faça por meio de Editais... e não por diligência pessoal»: «No latim poderá aparecer maes facilmente quem se queira meter a Mestre; na Rhetorica com maes raridade; e, no Grego, parece-me escuzado trabalho, por estes paizes pouco cultivados, para haver noticia de huma lingoa bem desconhecida entre nós» (3).

A documentação dá-nos, pois, larga conta da raridade dos mestres de grego. Manoel Pereira da Silva, por exemplo afirma, após ter conseguido mestres para as outras matérias: «Para o Grego fui ao Seminário do Sr. Bispo Conde, aonde elle se ensina e tudo mais, com muito aproveitamento dos Seminaristas. Porém, lá não os há de sobejo» (4). E Caetano Correia Seixas, escreve, de Coimbra: «Quem possa ensinar Grego, não sei que haja, porque lá não só hé lingua morta, mas amortecida». Exprime, porém uma esperança: «Não só esta, mas a Latina e todas as belas letras ressuscitarão agora, com o espírito e providência de V. Ex.^a. De sorte que, espero muito brevemente não tenhamos os Portugueses saudades do século de Augusto» (5).

Apesar de tudo, já em Outubro de 1759 são providos os mestres Tomás Delany (Porto) e o irlandês Miguel Daly (Lisboa); em 1761, Guilherme Bermingham em Coimbra e, em 1765, o P.^o Custódio José de Oliveira, tradutor do Pseudo-Longino, em Lisboa, por informação de D. Tomás, Director Geral dos Estudos:

«Senhor. Pela promoção dos dous professores regeos de Rhetorica e grego, Joseph Caetano de Mesquita e Miguel Daly, para mestres das mesmas sciencias em o Real

(2) *Ibid.*, p. 90.

(3) *Ibid.*, p. 107.

(4) *Ibid.*, p. 112.

(5) *Ibid.*, p. 113.

Collegio dos Nobres, vagarão aquelles dous magisterios... para a de grego há hum portuguez, discípulo do professor da dita lingua em o Collegio dos Nobres, chamado o Padre Custodio Joseph de Oliveira, que... se matriculou logo na aula de lingua grega, à qual se applicou com tal gosto e estudo tão continuo, que tem feito nella os maiores progressos. Repetidas vezes tem feito exercicios publicos, traduzindo assim em latim, como em portuguez, os melhores e mais difficultosos livros de Grego. Por muitas vezes o tenho mandado substituir a Cadeira do seu mestre, quando este teve molestias que o impedião de ir à sua cadeira; tem traduzido em portuguez o tratado do sublime de Longino, hé summamente bem procedido, e creyo que hé honra da Nação mostrarmos que o novo estabelecimento dos Estudos tem sido tão felix que as criaturas delle já são capazes de serem mestres»... (6).

Mas, as dificuldades de execução do projecto pombalino não residiam só na carência de mestres, carência remediada parcialmente com o recrutamento de estrangeiros e com a preparação acelerada (como se verificou no caso de Custódio José de Oliveira) de naturais. Era necessário, foi necessário, providenciar no sentido de alcançar os indispensáveis instrumentos, isto é, os livros. E parece notável que, apenas um ano após a promulgação dos instrumentos legais, se publique em Lisboa, o compêndio escolar que a metodologia preconizada recomendava: *Novo Epitome da Gramatica Grega de Porto Real acomodado na Lingua Portuguesa para uzo das novas escolas, por mandado de sua Magestade Fidelíssima El Rei D. José o I. Nosso Senhor, Lisboa, com todas as Licencas necessárias. 1760*, traduzido e adaptado por João Jacinto de Magalhães (7). Contudo, a ideia geral que pode colher-se é a de uma relativa carência, a que, ao contrário do que sucede com outro tipo de obras, espontaneamente produzidas, só a firme regulamentação oficial podia dar remédio. Diz Maria Helena Teves Costa: «Deve dizer-se que, posteriormente, surgiram em língua portuguesa outras gramáticas gregas, a par-

(6) *Ibid.*, p. 522.

(7) Sobre as edições posteriores desta obra, bem como os problemas referentes aos livros escolares de latim e grego, veja-se Maria Helena Teves Costa, «Livros escolares de latim e de grego adoptados pela Reforma Pombalina dos Estudos Menores», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIV, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1979, p. 287-329.

tir do século XVIII.... Anteriormente haviam sido usadas gramáticas de autores estrangeiros» (8).

O alvará de 28 de Junho de 1759, criando um novo modelo programático e metodológico, inclui, para além da tríade das línguas clássicas, o latim, o grego e o hebraico, o ensino da Retórica. E também aí podemos distinguir alguns tópicos e orientações significativos. E também aí, curiosamente, deparamos com o nome de Custódio José de Oliveira que, assim, se envolve duplamente na tarefa executiva do projecto pombalino. Se, como já vimos, pressurosamente se matricula na cadeira de grego, ministrada por Miguel Daly, e se, rapidamente se torna capaz de substituir o mestre no ensino da língua grega, a verdade é que, ao traduzir o *Tratado do Sublime* (directamente do grego, segundo diz) ele colabora em dois escopos que a reforma de Pombal visava: o ensino do grego e o ensino da retórica, este enriquecido com uma obra escrita originariamente em língua grega e expressamente recomendada pelas normas da reforma.

Custódio José de Oliveira, com efeito, sente-se participante num projecto pelo qual se entusiasma e considera a sua tradução como uma primícia votiva, celebrando a restauração dos estudos gregos em Portugal:

«Sendo a matéria deste tratado o único instrumento, por onde os Vassallos de Vossa Magestade. pelas solidíssimas Instruções com que enriqueceu as Escolas, quer que sirva de ornamento aos escritos dos seus Portugueses» (9).

E continua, com veemência:

«E se a régia e paternal clemência de Vossa Magestade é quem rompeu e desfez os grilhões com que pela mesma ignorância gemia presa a língua dos Portugueses que... não tinha meios para imitar os excelentes modelos antigos; se às santas e sapientíssimas leis de Vossa Magestade, se à liberalíssima escolha que Vossa Magestade fez de tantos sábios professores, convocados alguns das mais célebres Academias da Europa, se deve a restauração dos Bons Estudos; e se a tantas e tão ilustres influências deve Portugal o ver nas Cadeiras professo-

(8) *Ibid.*, p. 302.

(9) Cf. «Prefação».

res nacionais (...), grande seria o meu desconhecimento, se deixasse de tributar a Vossa Magestade este meu tal trabalho...» (9a).

Com efeito, o Alvará de 28 de Junho de 1759, «em que se extinguem todas as escolas reguladas pelo método dos Jesuítas, e se estabelece novo regime e instituem Director dos Estudos, Professores de Gramática Latina, de Grego e de Retórica», justifica, do seguinte modo, o estudo desta última:

«Porquanto, o estudo da Retórica, sendo tão necessário em todas as Sciencias se acha hoje quase esquecido...»

No preâmbulo das «Instrucçoens», diz-se:

«Não ha estudo mais útil que o da Rhetorica e Eloquencia, muito diferente do estudo da Grammatica, porque esta só ensina a falar e a ler correctamente e com acerto e a doutrina dos Termos e Frases. A Rhetorica, porém, ensina a falar bem, suppondo já a sciencia das palavras, dos termos e das frases; ordena os pensamentos, a sua distribuição e ornato. E, com isto, ensina todos os meios e artifícios para persuadir os ânimos e attrahir as vontades. Hé, pois, a Rhetorica a arte mais necessaria no commercio dos homens, e não só no Pulpito ou na Advocacia, como vulgarmente se imagina. Nos discursos familiares, nos negocios publicos, nas disputas, em toda a occasião em que se trata com os homens, hé preciso conciliar-lhes a vontade e fazer, não só que entendão o que se lhes diz, mas que se persuadão do que se lhe diz e o approvem. Por consequencia, hé preciso esta arte, que o máo método dos estudos das Letras Humanas tinha reduzido nestes reinos à intelligencia material dos tropos e figuras...» (10).

As últimas considerações citadas fazem, de imediato, pensar na inclusão, como objecto de reflexão literária, numa obra que vá além da mera «intelligencia material dos tropos e figuras»: julgamos que a obra do Pseudo-Longino pode corresponder-lhes. E, de facto, no parágrafo IV, ela é mencionada: «Usará também o Professor, para sua particular instrucção, da Rhetorica de Aristóteles. das obras Rhetoricas de Cicero,

(9a) *Ibid.*

(10) António Alberto Banha de Andrade, *A Reforma Pombalina*, ed. cit., p. 92.

de Longino...». Consequentemente, na «Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método» aparece, com efeito: «Longino, *Tract. do Sublime*, da edição de Tólio e da tradução de Boileau, com as notas de Dacier» (11). A este propósito, é significativo lembrar que Custódio José de Oliveira, como consta da informação a seu respeito, produzida pelo Director Geral dos Estudos, teria já traduzido a obra em 1765, embora, como sabemos, só viesse a ser publicada em 1771. Não é, portanto, citada na «Memória dos livros», mas sim a tradução de Boileau, que aliás, o tradutor português menciona.

Em 1674, com efeito, fazendo parte do volume *Oeuvres diverses*, em que se incluem as *Satires I-X*, o *Discours au Roy*, *Épistres I-IV*, *Art poétique* e *Lutrin*. Boileau publica a sua tradução do tratado de Longino, *Peri Hypsous*, que intitula *Du Sublime*. Essa tradução teria por base manuscritos deixados pelo irmão, Gilles Boileau. A problemática do tratado grego é, de certo modo, apresentada por Boileau como um reforço à sua *Art Poétique*, e efectivamente, ele volta ao assunto, em 1694, ao publicar, em outro volume de *Oeuvres diverses*, as suas *Réflexions critiques sur quelques passages de Longin*.

A tradução é precedida de um longo prefácio, incluindo uma biografia, de certo modo dramática de Longino, o suposto autor do Tratado a que a crítica posterior retirará a autoria, em favor de Pseudo Longino ou Anónimo. Para Boileau, porém, como para Custódio José de Oliveira, a dúvida não existia: tratava-se de Dionísio ou Cássio Longino, conselheiro da rainha Zenóbia, de Palmira, executado por Aureliano por ter aconselhado à soberana uma altiva resistência (12).

(11) Note-se que a edição mencionada é a tradução latina do texto grego.

(12) Os próprios manuscritos que estão na base das posteriores edições do tratado colocam uma alternativa para o nome do autor: *Dionísio ou Longino* (Cássio Longino, conselheiro da rainha de Palmira). Daí que Custódio J. de Oliveira (entre outros), haja optado por Dionísio Longino, ignorando a alternativa. Aliás, Amati opina que o verdadeiro autor tenha sido Dionísio de Halicarnasso, enquanto Weiske, editor crítico do Tratado (1808) opta pela identidade de Dionísio Atico, sofista do tempo de Augusto. Egger, por seu lado (1849) sustenta a autoria de Cássio Longino, mas, algum tempo depois, revê a sua posição e, com Naudet, Buchanan e outros, atribui a obra a um contemporâneo de Plutarco, anterior, portanto, a Longino, o conselheiro da rainha Zenóbia. Para Rostagni, no entanto, a única posição correcta é a de atribuir a autoria a um Anónimo, ainda que avente que o autor tenha sido um dos discípulos de Teodoro de Gadara, da escola de Rodes, no séc. I a.C. ou princípios do séc. I d.C.: aponta, eventualmente, mas com reservas, o nome de Hermágoras.

Apesar de afirmar haver traduzido do grego o pequeno tratado, a crítica moderna não atribui a Boileau os conhecimentos da língua grega necessários para esse efeito, e é provável que tenha tido presente a tradução latina de Tólio, a que alude.

Como quer que seja, e ainda que elegante, a tradução de Boileau é, segundo o juízo dos críticos⁽¹³⁾, demasiado livre e imperfeita. Não obstante, não deixa de ser a tradução «clássica», a que recorrem os tradutores do séc. XVIII, nomeadamente na «péssima e descuidada versão» impressa em Madrid em 1770, por Manuel Pérez Valderrábano, pseudónimo de Domingos Largo. O mesmo se passará com a de Augustin García de Arrieta (1803) e com a de Bogiero, de 1782⁽¹⁴⁾.

Quanto a Custódio José de Oliveira, ainda que, como expressamente afirma e a sua preparação em língua grega torna crível, traduza directamente, tem também presente a tradução e as notas do tradutor francês, embora, segundo se pode deduzir, filtrando-as a seu próprio juízo:

«... não obstante haver posto toda a diligência em fazer bem entendido o verdadeiro sentido de Longino, e querer conservar, quanto possível fosse, a sua força e harmonia na nossa frase, ... encontrei todavia em alguns lugares bastante dificuldade, sendo algumas vezes preciso, para dar a conhecer a figura de que fala, faltar quase à fidelidade dos vocábulos ...; outras vezes, seguindo as pisadas e notas de Tólio, Boileau, Le Fevre, Dacier, e outros, das quais me aproveitei, segundo o meu génio, aumentando-as em algumas partes, e conferindo-as com meu Mestre o Padre Miguel Daly, o qual, revendo e emendando com delicadíssimo gosto esta tradução, me deu bem a conhecer, no original, aquelas belezas que depois encontrei nos Autores da melhor Crítica»⁽¹⁵⁾.

Não obstante, como dissera, Custódio José de Oliveira, «seguisse as pisadas e notas» dos tradutores e comentadores que o precederam, a verdade, porém, é que faz da sua tradução como que um tratado de retórica portuguesa, a introduzir, nas notas de rodapé que acompanham a tradução, uma copiosa e quase sempre pertinente exemplificação «equiva-

⁽¹³⁾ Cf. Marcelino Menéndez Pelayo, *Historia de las ideas estéticas en España*, I, Madrid, 1974 (reed.), pp. 994-995.

⁽¹⁴⁾ Cf. *ibid.*, p. 1156.

⁽¹⁵⁾ Cf. «Prefação».

lente» à do original, citando, não só poetas de língua portuguesa como Manuel Mendes Barbuda e Vasconcelos (que considera exemplo de «depravado gosto»), Jerónimo Corte Real, Gabriel Pereira de Castro, Camões, António Ferreira, Francisco Sá de Meneses, Diogo Bernardes, etc., como também poetas portugueses em língua latina.

Mais ainda, e não é esse o menor mérito, abalança-se a propor traduções parciais de Platão ou Homero, à medida das necessidades argumentativas do texto.

Seguindo, como diz, as pisadas de Tólio, Boileau, Le Fevre e Dacier, Custódio José de Oliveira não deixa de dar conta de um apreciável espírito crítico, não se coibindo de corrigir e discordar dos antecessores. Diz, pois, em nota ao Cap. III:

«Longino, depois de mostrar que o Sublime pode reduzir-se a regras, entra a fazer menção dos vícios que lhes são opostos; e falando em primeiro lugar do estilo inchado e pueril, trazia este passo de algum trágico, de que nos restam só estes poucos versos. *Monsieur Boileau* e *Dacier* os omitiram, por não acharem neles mais que um dos pensamentos que o autor critica» (16).

Não deixa de ser curioso — e significativo — que o tratado do Pseudo-Longino, composto no séc. I, ignorado ou esquecido durante séculos, à cerca do qual não se encontra qualquer referência nem durante a época clássica nem durante a Idade Média (17), haja logrado, no século XVIII, em Portugal, três traduções: a de Custódio José de Oliveira, a de Filinto Elísio e a de Elpino Duriense. E esse interesse por um texto longamente esquecido, «descoberto» apenas no século XVI, e que, de algum modo, vem responder à retórica aristotélica, com uma nova proposta estética, terá que ver, pensamos, com a nova pedagogia «porto-realista». Com efeito, todo o edifício da instrução pública projectado e efectivado pelo pulso de Pombal, assenta na pedagogia de Port-Royal, duma maneira clara e normativa, quer, o que é visível no texto das *Instruções*, recomendando com veemência as obras Lancelot, Arnaut e Nicole, quer publicando a breve trecho traduções, quer ainda fazendo a apologia do

(16) Cf. pág. 49.

(17) A Epístola, dirigida a Terenciano, terá permanecido longamente inédita, o que explica o silêncio a que foi votada, sendo a primeira edição em Basileia, em 1554.

método, por oposição aos velhos métodos utilizados pelos Jesuítas. Ora, o *Tratado do Sublime* responde à falência da retórica, dentro da pedagogia de Port-Royal, pedagogia do concreto e do imediato que a reforma pombalina enfatiza em várias frentes: no caso presente, no revigoreamento do estudo do grego e na instauração duma «nova retórica». Nessas duas frentes, como executante, encontramos o ardor laborioso do Padre Custódio José de Oliveira.

REFERÊNCIA SELECTIVA

- ANDRADE, António Alberto Banha de — *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)*.
- ANÓNIMO, *Del Sublime*, ed. de Augusto ROSTAGNI, Milano, 1947.
- CASTRO, Aníbal Pinto de — *Retórica e Teorização Literária em Portugal do Humanismo ao Neoclassicismo*, Coimbra, 1973.
- CESSI, Camillo — *Storia della Letteratura Greca dalle Origini all'eta de Giustiniano*, I, Torino, 1933.
- COSTA, Maria Helena Teves — «Livros escolares de latim e de grego adoptados pela Reforma Pombalina dos Estudos Menores», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIV, Paris, 1979, p. 287-329.
- CROISSET, A. et M. — *Histoire de la Littérature Grecque*, Paris, s/d.
- HENN, T. R. — *Longinus and English Criticism*, Cambridge, 1934.
- LEBÈGUE, Henri — *Du Sublime*, Paris, 1952.
- «Longinus» on de Sublime, with an english translation by Hamilton FYFE, London, 1960.
- MARIN, Louis — *La critique du Discours. Sur la «logique de Port-Royal» et les «Pensées» de Pascal*, Paris, 1975.
- MARTINS, José V. de Pina — *Cultura Italiana*, Lisboa, 1971.
- MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino — *Historia de las ideas estéticas en España*, I, Madrid, 1974 (reed.).
- PLEBE, Armando — *Breve História da Retórica antiga*, S. Paulo, 1978.
- RAMALHO, Américo da Costa — *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, 1969.
- ROSTAGNI, Augusto — «Il 'Sublime' nella Storia dell' Estetica Antica», in *Scritti Minori, I. Aesthetic*, Torino, 1955, pp. 447-518.
- VIESATT, Jr., William F. — e Clean the BROOKS, *Crítica Literária. Breve História*, Lisboa, 1980.